

OS PARÂMETROS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO

Cíntia César Louzada Castro¹

Luzia Cecilia Da Silva Cunha²

Rosane Aparecida dos Santos Rocha³

RESUMO

Objetivando avaliar uma reflexão sobre a participação de crianças portadoras de necessidades em Creches e Centros de Educação Infantil, com base nas pesquisas bibliográficas, estudou-se, descreveu-se e passou-se a compreender melhor sobre o envolvimento destas crianças e como melhor se daria esta inclusão mediante as novas propostas para atender suas necessidades e dos próprios profissionais que atuarão com elas. Fazer acontecer à inclusão dá trabalho, é "reestruturar as escolas para acolherem todo o espectro de diversidade humana representada pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas..." (SASSAKI, 1998). Reestruturar, não se resumiria a um curso ou seminário isolado, mas sim a uma transformação verdadeira das escolas e a uma capacitação e acompanhamento contínuo, para poderem transformar realmente sua prática educativa.

Palavras-chaves: Inclusão; Educação Infantil; reconstrução.

ABSTRACT

Aiming to evaluate a reflection on the participation of children with needs in Day Care Centers and Early Childhood Education Centers, based on bibliographical research, we studied, discussed and began to better understand the involvement of these children and how it would best work this inclusion through new proposals to meet their needs and those of the professionals who work with them. Making inclusion happen takes work, it means "restructuring schools to accommodate the entire spectrum of human diversity represented by potential students, that is, people with physical disabilities..." (SASSAKI, 1998). isolated course or seminar, but rather a true transformation of schools and continuous training and monitoring, so that they can truly transform their educational practice.

Keywords: Inclusion; Child education; security.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela FICS-Facultad Interamericana de Ciências Sociales-E-mail: cintiacesarcastro@gmail.com.

² Mestranda em Ciências da Educação pela FICS-Facultad Interamericana de Ciências Sociales-E-mail: luziaceciliasilva@gmail.com.

³ Mestranda em Ciências da Educação pela FICS-Facultad Interamericana de Ciências Sociales-E-mail: rosanesantos6026@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva tem sido um assunto muito polêmico, a incluir portadores de Deficiência em escolas regulares em todo os níveis de ensino. Propor condições para deficientes é um desafio que implica mudar a escola como um todo. Compreender as peculiaridades de cada educando, atender as suas necessidades nas escolas, incorporar as diversidades, sem nenhum tipo de distinção, sem se tratar apenas de admitir a matrícula dessas crianças, o que não passaria de cumprimento da legislação. Na realidade valeria oferecer serviços complementares, adotar políticas criativas no atendimento às crianças e nos estabelecimentos de ensino de aprendizagem.

Este estudo, portanto, relata uma nova visão de Educação sobre aquelas crianças que têm dificuldades, para serem incluídas no mundo infantil. Ao invés de um tratamento assistencial e piedoso, o que se espera é que tornem as crianças deficientes, mais capazes, participativas e lutadoras, mesmo que a princípio elas encontrem dificuldades para isto.

Pretende-se então com esse trabalho, observar novos caminhos que possam incluir crianças especiais no mundo da Educação regular, favorecendo assim suas famílias, dando-lhes a oportunidade de poderem trabalhar como qualquer outra família, sem preocupação de com quem deixar sua criança, mas com clareza e segurança de que seu filho está entregue em uma entidade competente, segura e de responsabilidade adequada com a situação necessária.

2 O INÍCIO PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Devido à visão dos direitos humanos e do conceito de um cidadão, observou-se diferenças na participação do indivíduo na sociedade, e isto levou uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que cooperaram na regulação e produção das desigualdades. Daí foi constatado os processos normativos de distinção dos alunos em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, entre outras, estruturas de parâmetros antigos na educação escolar.

Afirma Da Ross (2002) que a inclusão como um todo, começou nos Estados Unidos por uma Lei Pública 94.142, de 1975 e hoje, já existe a sua segunda década de execução. Em todos os Estados Unidos, há o estabelecimento de programas e projetos exclusivos à Educação Inclusiva

2.1 A ESCOLA INCLUSIVA

A escola inclusiva é aquela cheia de boas intenções, é feita de ações verdadeiras que possibilitam todas as crianças que por ela passam.

Mas é preciso que se pense na qualificação de seus educadores, um processo de ensino-aprendizagem construído a partir do cotidiano do educando.

Segundo Sasaki (1997) entende-se que para melhor qualidade de ensino, os pais devem estar presentes acompanhando seus filhos em todo o processo de desenvolvimento escolar. Formando assim uma parceria com escola especial e o ensino regular, visando melhor atender os alunos que fazem parte da inclusão. Através dela se privilegiam os projetos de escola, que apresenta as seguintes características:

- Um direcionamento para a Comunidade; Vanguarda; Altos Padrões;
- Colaboração e cooperação; Mudando papéis e responsabilidades;
- Estabelecimento de uma infraestrutura de serviços; Parceria com os pais;
- Ambientes educacionais flexíveis; Estratégias baseadas em pesquisas;

Uma escola aberta com desenvolvimento continuado com profissionais que veem além do olhar de aprendizado, onde os pais são parceiros prioritários na busca de uma educação igualitária.

2.1.1 Os suportes essenciais ao conceito de uma educação especial inclusiva

Pode-se dizer que, inclusão é um processo constante que precisa ser analisado conseqüentemente, o qual visa ampliar ao máximo a competência da criança que apresenta dificuldade.

Pensa Sasaki (1997) que o conceito de Inclusão é o seguinte:

A inclusão é: - atender aos estudantes portadores de necessidades especiais nas vizinhanças da sua residência. - propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns. - propiciar aos professores da classe comum um suporte técnico. - perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes. Levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças portadoras de deficiência. - propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum.
(SASSAKI, 1997,p.93)

O conceito a inclusão não é o que muitas vezes pensamos e proporcionamos as nossas comunidades, precisamos ter um olhar diferenciado de que essas crianças são capazes dentro de suas limitações de aprender coisas simples, como:comer sozinho, andar e outros no seu processo de alfabetização aprender a ler e a escrever.Mostrando que podem superar suas dificuldades especiais

2.2 A TRANSFORMAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR

Acredita Araújo (1999) que jamais as crianças deficientes ficaram tão presente no cotidiano educacional. Na verdade, essa inclusão nem sempre foi assim tão chamativa. Tradicionalmente, os deficientes eram discriminados, isolados da sociedade, pois sua deficiência era vista como maldição, destino e todo tipo de crença. Por fim, o que não era normal, era considerado um mistério, o que gerava medo. Logo, as pessoas diferentes eram excluídas, deixadas de fora do convívio social.

Depois de iniciado o século XIX, onde foi surgindo momentos de descobertas na área da saúde, passou-se a analisar as diferentes maneiras de procurar respostas para suas diferenças. Foi a partir daí que deu início a segregação institucional. Após serem deixados de lado pela família e pela sociedade, os considerados deficientes eram recebidos pelos asilos das igrejas ou filantrópicos, podendo passar ali o resto de sua vida. Na mesma época, foram aparecendo escolas que recebiam tais pessoas e centros de reabilitações, porque as comunidades iniciaram um processo de pensamentos diferentes relacionados a inclusão,que eles poderiam ser produtivos se tivessem treinamentos adequados com suas necessidades.

A escola da rede regular, por sua vez, também precisa dispor de recursos que tornem viável o processo de inclusão, como exemplo, contato com professores que tenham vivenciado situações semelhantes; orientação de professores de Educação Especial, professores itinerantes e salas de recursos. Podem ser feitas reuniões para troca de experiências, discutir diferentes enfoques do conteúdo e esclarecer dúvidas a respeito dos planos de atuação e de avaliação.(CORREIA, 1999,p. 143)

Nesse sentido, pode-se dizer que no padrão escolar como um todo, sendo (infantil, fundamental, médio e superior), é necessário observar, tanto o aprendizado escolar regular e o exclusivo, que existe um sujeito que necessita se exercer, aprender o conteúdo esboçado escolar e adquirir conhecimento do mundo de si mesmo (social/escolar/psíquico). O que caracteriza o aluno é sua capacidade de aprendizagem, e não a deficiência que apresenta, pois, existe um sujeito com potencial, no qual se deve investir.

No ensino comum quanto no exclusivo, é necessário que o educando esteja dissimulado na execução de aprendizagem, pois, participando de fato, será capaz de fazer seleção com segurança, e se programar futuramente, já que o conteúdo curricular a ser desenvolvido pelo educador de escola comum tem sua base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). O uso de materiais variados (jornais, revistas, propagandas, noticiários de TV entre outros) contribui para motivar os alunos, mantê-los atualizados em relação aos acontecimentos do mundo, dando-lhes uma visão ampla dos acontecimentos, nesse aspecto, o papel do educando consiste em promover a compreensão das informações, para que as propostas dos PCNs, e o próprio conteúdo curricular favoreçam a integração, pois se baseiam na interação dos alunos entre si ao longo das atividades - no grupo, na classe, na escola e na comunidade. Pois, faz parte do processo educacional aprender a respeitar as diferenças e a exercer atividades solidárias.

Da Ross (1999) ele acha limitado ao confirmar que, seja qual for o tipo de educação recebida, especial ou não, o portador de deficiência não precisa apenas de escola, é indispensável que lhe seja oferecido atendimento nos aspectos médicos relacionado a sua deficiência, bem como orientação familiar e suporte emocional, procurando facilitar o desenvolvimento de sua potencialidade, levando-o a fazer escolhas e responsabilizar-se por elas e oferecendo-lhes as mesmas oportunidades disponíveis para os seres humanos que não portam deficiência.

Mas a luta por sua participação social não é uma luta apenas do portador de deficiência e de seus familiares. Ao se falar em integração, ou atualmente em inserção, é fundamental que a sociedade faça sua parte, usando de todos os meios para atender as dificuldades imposta pela deficiência.

Receber o portador de deficiência e facilitar seu acesso aos lugares sociais, sobretudo na escola, desde a Educação Infantil é a contrapartida apoiada legalmente para que exista realmente sua integração e participação na sociedade.

3 - UMA INSTITUIÇÃO INCLUSIVA, É ONDE TODOS PODEM ESTUDAR

3.1 TODOS OS ALUNOS SÃO ACEITOS SEM DISCRIMINAÇÃO

Os valores se baseiam na realização do meio social em diferentes situações da vida humana, dentro da diversidade da humanização.

A integração se satisfaz com o esforço unilateral das crianças deficientes para ingressarem no mundo, que por sua vez, requer mudanças fundamentais para que essas crianças sejam oportunizadas a brincarem, estudarem, partilharem de momentos educacionais juntas, aprendendo a conviver com as diferenças e aceitando umas as outras.

No que diz Salamanca, Espanha (1994, Conferência Mundial sobre Educação Especial, UNESCO), traz em sua mensagem que estudar é um direito de todas as crianças, independentes de serem especiais ou não, e cabe à escola oferecer recursos para que esses educandos sejam incluídos de forma atender as dificuldades de cada um com êxito, partindo

do princípio fundamental de que todas as pessoas devem aprender junto, independente de qualquer dificuldade ou diferença que possam ter.

Na escola inclusiva deve-se constituir um sistema educacional que considere as necessidades de todos os alunos, sendo este sistema, estruturado em função dessas necessidades. Trazendo a inclusão uma mudança na perspectiva educacional, onde não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades, mas busca apoiar a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, obtendo o sucesso educativo. (MANTOAN, 1998, p. 21)

O primeiro passo seria a sensibilização e treinamento dos funcionários da instituição: professores, atendentes, orientadores e toda pessoa que trabalhe na instituição. A sensibilização dos pais é de grande importância, sobre tudo os dos não deficientes, desempenhando assim, um papel ativo na vida do aluno.

Segundo relatórios da ONU, publicados em Salamanca (Espanha - Junho de 1994) todos se beneficiam da inclusão. Podendo-se ressaltar então algumas vantagens: Para estudos de pessoas portadoras de deficiências:

"aprendem a gostar da diversidade; adquirem experiência direta com a variedade das capacidades humanas. Demonstram crescente responsabilidade e melhor aprendizagem através do trabalho em grupo, com outros deficientes ou não; ficam mais bem preparados para a vida adulta em uma sociedade diversificada; entendem que são diferentes, mas não inferiores."

Aquelas pessoas que não são atingidas pela deficiência:

(...) tem acesso a uma gama bem mais ampla de papéis sociais; perdem medo e o preconceito em relação ao diferente; desenvolvem a cooperação e a tolerância; adquirem grande senso de responsabilidade e melhoram o rendimento escolar; são mais bem preparados para a vida adulta porque desde cedo assimilam que as pessoas, as famílias e os espaços sociais não são homogêneos e que as diferenças são enriquecedoras para o ser humano". (MILLER, 2002,p.117)

Cláudia Werneck, escritora, jornalista e membro do Down Syndrome Medical Interest Group (Grupo de Interesse em Síndrome de Down, que reúne cerca de 60 especialistas no mundo) explica em seu livro "Ninguém mais vai ser bonzinho na Sociedade Inclusiva", "que quanto mais a criança interage espontaneamente com situações diferenciadas, mais ela garante o verdadeiro conhecimento, ficando fácil de compreender por que a segregação é prejudicial para todos os que estão na fase da infância, dando oportunidade de conhecer e superar os desafios da vida humana. (MILLER, 2002,p.98).

3.2 CAPACITANDO A TODOS

Na inclusão não existem fórmulas ligeiras, exige que todos estejam em constante aperfeiçoamento e construção. Uma busca permanente de orientações e suportes das associações de assistência e das autoridades médicas e educacionais.

O desempenho deve estar voltado para uma relação totalmente diferente entre pais e técnicos, pais e filhos, técnicos e crianças, supervisores e funcionários. Uma prática que trata a criança especial como um sujeito que quer interagir um com o outro. (MANTOAN, 1998, p. 25) Para Emília Ferreiro, Vygotsky (2001) e tantos outros, adquirir conhecimento é uma construção, e nessa construção existem passos a serem conquistados; muitas vezes, o que

são erros agora, passa ser uma maneira de aprender a acertar depois. Proposta esta diferente de trabalhar com a criança em qualquer idade, portando ou não alguma deficiência.

Canzian (1997) relata alguns procedimentos que poderiam ser adotados pelas creches e Centros de Educação Infantil:

- a) Trabalhos em grupos e atividades variadas que possam ter vários níveis de compreensão e desempenho
- b) Predomínio da experimentação, da criação, da descoberta e da co-autoria do conhecimento.
- c) Elaboração de debates e registros, pesquisas e trocas de experiências entre o corpo docente e a comunidade.
- d) Avaliação do desenvolvimento da turma do ponto de vista da evolução das competências. Canzian (1997, p. 64)

Apesar dos grandes avanços e da atuação firme do MEC, ainda estamos longe de chegar efetivamente à perfeição. A meta é garantir que todas as crianças, ou seja, garantir que todas tenham um ensino de qualidade desde cedo, absolutamente todas: deficientes, pobres, negros, marginais, ninguém deve ser excluído. É um processo, um desafio, ou seja, uma troca afetiva.

Porém, recomenda-se que os deficientes com grave comprometimento sejam encaminhados para avaliações especializadas em entidades competentes como a APAE, onde receberão apoio psicológico e terapêutico em um atendimento extracurricular.

O educando, trabalhando de maneira adequada com a formação orientada, pode ter privilégios de alguns conteúdos em detrimento de outros. Desta maneira, o conhecimento pode estar num círculo repetente e fora do meio do educando, que rege o indivíduo para que ele tenha um trabalho enlevado.

Desta forma eles agem assim, por não terem recebido em seus cursos de formação e capacitação, suficiente orientação que lhes possibilitem estruturar seu trabalho nas diferentes formas de conhecimentos de seus pequenos alunos.

Assim, modificará um espaço sem barreiras, de qualidade e receptiva aos alunos, passa necessariamente pela transformação do professor. Não se trata apenas de ensinar a esses profissionais as técnicas e recursos pedagógicos específicos, não se limitando aos conhecimentos acadêmicos do seu alunado. Faz-se necessário um repensar de sua postura pedagógica e pessoal, diante das mudanças sofridas pela sociedade, buscando assegurar o ensino para todos os alunos, seja no ensino especial ou regular.

A educação luta pela inclusão, devido encontrar, ainda, problemas com resistências (legítimas ou com preconceito) através de muitos professores, constrói certamente, um jeito que pode buscar valor social e fundamental, que conduz com integridade de oportunidades para todos. Certamente, possibilitando o resgate do cidadão e ampliação das expectativas existentes, não basta a promulgação de leis que determinem ampliar cursos de capacitação básica para educadores, nem a obrigatoriedade de matrícula nas escolas públicas. Estas são sem dúvida, medidas essenciais, porém não suficientes.

As políticas públicas poderiam ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientassem o trabalho docente na possibilidade da

diminuição da exclusão escolar, o que viria beneficiar não apenas os alunos especiais, mas de uma forma geral como um todo.

Segundo Ferreira (1998) participar de um processo inclusivo é estar predisposto, sobretudo, considerar e respeitar às diferenças individuais, criando a necessidade de aprender sobre si mesmo e para próximo, em situações de diversidade de ideias, sentimentos e ações. Nesta perspectiva, o educador precisa sair do lugar de objeto, que se apropria do trabalho, e se sinta como sujeito de suas ações, fundamentando-se teoricamente, sustentando a construção do ensino, seja no nível pessoal ou coletivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as afirmações que a inclusão combina com a educação de um todo e com um ensino especial centrado no educando, isso pode até contradizer, pois na realidade não estão conseguindo introduzir uma escolha de inserção tão revolucionária sem enfrentar um enorme desafio no dia-a-dia. Sendo assim, a rede de ensino prepara os educandos para um futuro cuja cidadania, esteja como fator prioritário, reconhecendo a valorização no sentido de conviver com as dificuldades apresentadas em uma sala de ensino regular.

O movimento inclusivo, nas escolas, por mais que seja ainda muito contestado, pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meioeducacional, convence a todos pela sua lógica e pela ética de seu posicionamento social.

A formação do pessoal envolvido com a educação é de primordial importância, assim como a assistência às famílias, dando sustentabilidade aos que estarão diretamente implicados com as mudanças é condição necessária para que estas não sejam impostas, mas incorporem-se como resultado de uma consciência cada vez mais evoluída de educação e de desenvolvimento humano global.

O conjunto de ideias e de posicionamento reunidos neste trabalho, visa possibilitar a criação, a ampliação e fortalecimento de hipóteses, em diferentes situações, o encontro de aliados e a confrontação com oponentes, enfim, o envolvimento de todos na polêmica sobre o nosso tema, clareado pelo debate e libertando-a de preconceitos e de outras amarras que prejudicam seu entendimento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vânia Carvalho de. Criança: do reino da necessidade ao reino da liberdade. Vitória: EDUFES, 1997.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUENO, J.G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. Revista brasileira de educação especial, vol.3, 1999.

CANZIAN, M.L.B. Educação Especial - visão de um processo dinâmico e integrado. Curitiba: EDUCA, 1997.

CARVALHO, Rosita Edler de. A nova LDB e a Educação Especial. 2. ed. WVA Rio de Janeiro, 1997.

CARVALHO, Marília Pinto de. No coração da sala de aula: Gênero e trabalho docente nas séries iniciais. São Paulo: Xamã, 1999.

CORREIA, L. de M. Alunos com necessidades educativas especiais em classe regular. Lisboa: Porto, 1997.

MILLER, J.P. O milênio da inteligência competitiva. Porto Alegre: Bookman, 2002.
MANTOAN, M.T.E. Compreendendo a Deficiência Mental: Novos Caminhos Educacionais. São Paulo: Ed. Scipione, 1998.

MANTOAN, M. T. Eglér. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

MAZZOTTA, M.J.S. Educação especial no Brasil: história e política pública. São Paulo: Cortez, 1999.

REGEN, Mina. Uma Creche em Busca da Inclusão. São Paulo: Memnon. 1998.

ROSS, P.R. Educação e exclusão: um projeto de cidadania das pessoas com necessidades especiais. São Paulo: 1999. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade de São Paulo, 2000.

SASSAKI, R. K. Inclusão: Construindo uma Sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VYGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

